



O REGRESSO DOS VELHOS MÉTODOS

Apesar de um discurso mais ameno, a verdade é que as novas gestoras da SCOTTURB quando começam a verificar a insatisfação dos trabalhadores, recorrem aos velhos métodos intimidatórios do gerente anterior, no sentido de utilizarem uma força militarizada, paga com o dinheiro de todos nós, não para defender a lei, mas para impedir que os trabalhadores exerçam os seus direitos laborais.

Ainda faltavam 30 minutos para o plenário, e já a GNR entrava e saía das instalações da SCOTTURB. À semelhança dos tempos do fascismo, a força militarizada responde à voz do Sr. Patrão, contra os trabalhadores que se reuniam para discutir as suas condições de trabalho.



Podemos afirmar que foi dos plenários mais bem participados dos últimos anos, excluindo os de dias de greve na empresa. Sabemos que muitos mais trabalhadores, por motivos de serviço não puderam estar presentes, mas nem por isso nos deixaram de manifestar o apoio. **A luta e o descontentamento crescem a par, continuemos a construir a união, no combate ao excesso de horas seguidas, as rendições em toda a área de exploração e ao minuto, revogação dos contratos de trabalho que estão fora do período experimental...**

RESPEITEM O AE E OS DIREITOS DOS TRABALHADORES!

O GRUPO JACOB BARATA APOSTA NO INCUMPRIMENTO



A estratégia está à vista, não obstante afirmarem junto dos trabalhadores que se mantém o Acordo de Empresa, e que não irão proceder ao pedido de caducidade, a verdade é que apostam na violação dos direitos dos trabalhadores. O AE acordado entre a empresa e os sindicatos, é hoje mais do que antes, desrespeitado.

A contratação de trabalhadores chega hoje por via dos contratos a prazo, que procuram colocar individualmente, promovendo a precariedade.

Goram-se as expetativas, apesar das promessas, os trabalhadores verificam que nos locais de trabalho, as rotinas se alteraram e muito, degrada-se a qualidade de vida e trabalho, e com esta, a prestação do serviço aos utentes. *Estará a Gerência a defender a empresa, para que se alinhe ao concurso de 2018/2019? Ou estão a amearhar o máximo que puderem para abandonar os trabalhadores?*

É altura de agir, afirmar de viva voz o que é rejeitado pelos trabalhadores!

**SÓ COM A LUTA OS
TRABALHADORES
DEFENDERÃO O QUE É SEU!**



BASTA DE PRECARIEDADE!

COMO INTERVIR?

Tendo em conta a variedade de situações no âmbito do Sector Empresarial do Estado, na CGTP-IN são as suas organizações sectoriais – Federações – que coordenarão toda a intervenção sindical dos seus sindicatos no sector e, neste caso, a FECTRANS terá que articular e coordenar a intervenção dos seguintes sindicatos da CGTP-IN: STRUP; STRUN, SNTSF; OFICIAISMAR; SIMAMEVIP; FLUVIAIS, SITAVA; SNTCT; SINTAV e STT.

Os sindicatos não filiados na CGTP-IN que queiram intervir neste espaço de acção sindical, podem fazê-lo conjuntamente connosco.

A primeira fase deste processo decorre até dia 30 de Junho deste ano, em que os trabalhadores em situação precária (seja ela qual for) pode requerer a avaliação da sua situação, conforme **modelo reproduzido aqui, ou através da internet: www.prevpap.gov.pt**, enviado para a Comissão de Avaliação Bipartida do ministério da respetiva área governativa.

Também até á data referida anteriormente, as associações sindicais e as comissões de trabalhadores representativas dos trabalhadores em causa podem comunicar aos dirigentes máximos dos órgãos, serviços ou entidades as situações de exercício de funções que correspondam a necessidades permanentes e sem o adequado vínculo laboral de que tenham conhecimento.

O trabalhador deve preencher o referido modelo e enviar cópia, ou comprovativo para o seu Sindicato. Por sua vez, os Sindicatos irão de imediato procurar contactar os trabalhadores em situação de precariedade, elaborar listagens de trabalhadores em situação de precariedade (contratados a termo, recibos verdes, Empresas de Trabalho Temporário, falsos “outsourcing”, e outras).



PRECARIEDADE, NÃO OBRIGADO!

Se és trabalhador com vínculos precários, agora é também tempo de agir. Junta-te ao sindicato da CGTP-IN na tua empresa e dá força à luta pela tua passagem a efectivo.

Vamos todos lutar pelo fim da precariedade laboral

Requerimento

À Comissão de Avaliação Bipartida do PREVPAP

Nome (...), NIF (...), titular do cartão do cidadão n.º (...) ou do bilhete de identidade n.º (...), residente em (...), atualmente a exercer funções no órgão/serviço (...) ou na entidade do setor empresarial do Estado (...) do Ministério (...), vem requerer a avaliação de que as funções que exerce correspondem a necessidades permanentes e do vínculo jurídico ao abrigo do qual exerce essas funções.

Órgão ou serviço

Entidade do setor empresarial do Estado

Ministério

Funções desempenhadas

Data de início de funções

Local de trabalho

Horário completo: sim (...) / não (...)

Vínculo com base no qual exerce as funções

Telefone n.º

Endereço de correio eletrónico

Autorizo a Comissão de Avaliação Bipartida a aceder aos dados pessoais e demais dados relativos há minha situação laboral existentes no órgão ou serviço ou entidade do setor empresarial do Estado onde desempenho funções.

Concordo em receber por via de correio eletrónico as notificações decorrentes do presente pedido de avaliação, nos termos do regime jurídico dos documentos eletrónicos e da assinatura digital, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 88/2009, de 9 de abril.

Nota: Os sindicatos fornecem estes requerimentos em papel